



XXXV SALÃO de INICIAÇÃO CIENTÍFICA

6 a 10 de novembro

Evento	Salão UFRGS 2023: SIC - XXXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2023
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	A “Política da Justiça” entre o executivo e judiciário gaúchos: as interações entre a presidência do Tribunal de Justiça e o governo do Estado no Rio Grande do Sul no âmbito das privatizações
Autor	VIRGINIA VIEIRA DA SILVA
Orientador	JULIANE SANT'ANA BENTO

Autora: Virginia Vieira da Silva
Orientadora: Prof.^a Juliane Bento

Resumo: Nas últimas décadas, discursos sobre a crise financeira conduziram ao processo de privatização de companhias estatais como instrumento de arrecadação do Governo do Estado, ampliando concessões como projeto político das últimas gestões executivas e gerando a dependência do apoio de outras instituições estatais. Outrossim, o custeio do sistema de justiça também depende de ferramentas orçamentárias centralizadas por este executivo estadual. Assim, surge a hipótese: é possível se falar em uma interdependência entre estas forças? O referencial teórico-metodológico parte do trabalho de Luciana Zaffalon sobre como a justiça do estado de São Paulo atua em relação aos assuntos de interesse público e orçamentário, interagindo com a agenda política dos governos daquele estado. Nesse passo, a noção de Pluralismo Estatal contribui para testar a tese da autonomia das categorias de estado, que se empenhariam para ver o êxito de suas demandas específicas, reforçando suas competências internas e promovendo cada vez maior independência. A consequência seria que se distanciam de compromissos democráticos e participativos da sociedade em favor dos interesses do executivo em exercício. Ainda, a judicialização de políticas públicas é perspectiva que contribui para observar o papel da justiça no ciclo deste interesse comunitário. Assim, esta pesquisa propõe uma análise documental das decisões judiciais envolvendo interesses políticos do Governo do Estado, em contraposição às verbas suplementares concedidas à justiça por este, com o fim de verificar a relação política entre os dois poderes que são, em tese, independentes. Para isso, serão comparadas as decisões da presidência do Tribunal de Justiça, que possui poder de suspender liminares do primeiro grau de jurisdição, relacionadas às privatizações de quatro companhias estatais, e as verbas suplementares dirigidas entre 2016 e 2022. Por fim, a importância do tema consiste em delinear a Política da Justiça no Rio Grande do Sul, considerando que as privatizações afetam tanto as contas públicas quanto a vida da população gaúcha.